



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

CAIO JORDÃO MEDEIROS RUFINO

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A PERCEPÇÃO DO CONCLUINTE DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB, UNIPÊ E MAURÍCIO DE NASSAU EM RELAÇÃO
AO CONTEÚDO DISCIPLINAR VOLTADO ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO
SETOR.**

**JOÃO PESSOA
2016**

CAIO JORDÃO MEDEIROS RUFINO

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A PERCEPÇÃO DO CONCLUINTE DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB, UNIPÊ, E MAURÍCIO DE NASSAU EM
RELAÇÃO AO CONTEÚDO DISCIPLINAR VOLTADO ÀS ORGANIZAÇÕES DO
TERCEIRO SETOR.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Ciências Contábeis do
Departamento de Finanças e Contabilidade, da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
necessário para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças
Nóbrega de Almeida

João Pessoa
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R926i Rufino, Caio Jordão Medeiros

Investigação sobre a percepção do concluinte do curso de ciências contábeis da ufpb, unipê e maurício de nassau em relação ao conteúdo disciplinar voltado às organizações do terceiro setor./ Caio Jordão Medeiros Rufino – João Pessoa: UFPB, 2016.

56f.: il.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria das Graças Nóbrega de Almeida

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Terceiro Setor 2. Contabilidade 3. Percepção dos Concluintes.I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 657.05(043.2)

CAIO JORDÃO MEDEIROS RUFINO

**INVESTIGAÇÃO SOBRE A PERCEPÇÃO DO CONCLUINTE DO CURSO DE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB, UNIPÊ E MAURÍCIO DE NASSAU EM RELAÇÃO
AO CONTEÚDO DISCIPLINAR VOLTADO ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO
SETOR**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Nóbrega de Almeida (Orientadora)

Prof.^a M.^a Danielle Karla Vieira e Silva

Prof.^a M.^a Mirza Saraiva

João Pessoa, ____ de outubro de 2016.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sua graça, amor e por ter me ajudado a chegar até aqui.

À minha família, meus pais e irmãs por todo suporte dado para que eu pudesse alcançar essa vitória não estaria aqui sem cada um deles.

Aos amigos e colegas que fizeram destes anos de estudo mais leves de suportar, em especial aos amigos do Movimento Estudantil Alfa e Ômega.

Aos Professores que me enriqueceram com o conhecimento transmitido, dentre eles em especial ao professor Christiano Coelho, do qual levo também seu exemplo de ser humano que se importava antes de tudo com a pessoa, não só o estudante.

À minha Orientadora, por toda paciência durante o processo de produção deste Trabalho, e todos os seus conselhos que foram de grande valia, apesar de não ter tido oportunidade de tê-la como professora foi um prazer poder ser seu orientando.

RESUMO

Através de pesquisa exploratória qualitativa, interpretativa, este trabalho de conclusão de curso apresenta a percepção dos concluintes do curso de Ciências Contábeis em três Universidades: Universidade Federal da Paraíba, Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ e Maurício de Nassau, situada na cidade de João Pessoa - Paraíba, cujo objetivo visa descrever a percepção do futuro formando do curso de contabilidade referente ao estudo de disciplinas de contabilidade voltado às Organizações do Terceiro Setor. Foram apresentadas as peculiaridades quanto à atuação contábil junto a entidades do terceiro setor, as quais, tornam este conhecimento digno de ser estudado dentro do ambiente acadêmico. Assim, foi considerado o Projeto Político Pedagógico das universidades contempladas, considerando o que cada um PPP disponibiliza quanto ao conteúdo ofertado. Constatou-se que nestas instituições de ensino, excluindo uma, a abordagem pertinente ao assunto revela-se bastante tímida. Procurou-se analisar a composição curricular e a articulação dessa com disciplinas voltadas ao terceiro setor. Identificado as percepções dos concluintes sobre a importância de se estudar disciplinas com enfoque estruturante revelou-se uma necessidade de que há o entendimento de pertinência de estudos e a construção de disciplinas voltadas a área de contabilidade direcionada às organizações do terceiro setor.

Palavras-Chave: Terceiro Setor. Contabilidade. Percepção dos Concluintes.

ABSTRACT

Through qualitative, interpretive exploratory research, this course conclusion work presents the perception of accounting course graduates in three universities: UFPB, UNIPÊ and Maurice of Nassau, in the city of João Pessoa - Paraíba, whose objective aims to describe the perception of the future graduate accounting course referring to the study of accounting disciplines facing the Third Sector Organizations. The peculiarities were presented as the accounting performance with the third sector entities, which make this knowledge worthy to be studied in the academic environment. Thus, it was considered the Pedagogical Political Project of the contemplated universities, considering that each PPP available on the offered content. It was found that these educational institutions, excluding one, in its approach to the subject proves to be quite shy. It tried to analyze the curricular composition and articulation of this with disciplines aimed at the third sector. Identified the perceptions of graduates on the importance of studying subjects with structural approach proved to be a necessity. There is among the students an understanding of relevant studies and the construction of disciplines about controlling directed to third sector organizations.

Keywords: Third Sector. Accounting. Perception of Graduates.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Avaliação da abordagem de conteúdo voltada ao terceiro setor na percepção dos alunos das universidades apresentadas	49
Gráfico 2 – Opinião do respondente sobre seu conhecimento deste assunto.....	50
Gráfico 3 – Nível de interesse dos respondentes por mais conteúdo sobre o tema em questão.....	50
Gráfico 4 - Opinião dos discentes sobre se os mesmos sentem em condição de orientar processos contábeis em uma organização do terceiro setor.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem de Aluno 1	49
Tabela 2 - Contagem de Aluno 2	49
Tabela 3 - Contagem de Aluno 3	50
Tabela 4 - Contagem de Aluno 4	51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CFC	– Conselho Federal de Contabilidade
CNPJ	– Cadastro nacional de Pessoa Jurídica
ESFLs	– Entidades Sem fins Lucrativos
FASFILs	– Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEs	– Instituições de Ensino
NBC	– Normas Brasileiras de Contabilidade
ONG	– Organizações Não Governamentais
OS	– Organizações Sociais
OSCIP	– Organizações sociais Interesse Público
PIB	– Produto Interno Bruto
RAIS	– Relação Anual de Informações Sociais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Tema e Problema	12
1.2	Objetivos	13
1.2.1	Objetivo Geral	13
1.2.2	Objetivos Específicos	13
1.3	Justificativa	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1	Terceiro Setor	18
2.2	Classificação das Entidades do Terceiro Setor	19
2.3	Histórico das Entidades do Terceiro Setor no Brasil	21
2.4	Tipos de Organizações do Terceiro Setor	25
2.4.1	Associações	25
2.4.2	Fundações	25
2.5	Regulamentação e Parcerias com o Governo	26
2.5.1	OSCIPs	26
2.5.2	Organização Social (OSs)	27
2.6	Papel do Contador na Constituição de Fundações e Associações	28
2.6.1	Da Constituição de Fundações	29
2.6.2	Da Constituição de Associações	29
2.7	Imunidade e Isenção Fiscal	31
2.7.1	Imunidade	31
2.7.2	Isenções	33
2.8	Elaboração das Demonstrações Contábeis	33
2.8.1	Doações	35
2.8.2	Contabilização de serviços Voluntários	36
2.9	Prestação de Contas	37
2.9.1	Relatório de Atividades	37
2.9.2	Demonstrações Contábeis exigidas	38
2.10	Análise do Projeto Pedagógico dos Cursos de Ciências Contábeis	42
3	METODOLOGIA	47
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	48
4.1	Perfil dos Respondentes	48

4.2	Análise dos Dados.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	REFERÊNCIAS.....	54

1 INTRODUÇÃO

O curso de graduação em ciências contábeis tem ganhado cada vez mais espaço nas instituições de ensino, universidades públicas e privadas, por ser responsável pela formação de um dos profissionais de maior demanda no mercado de trabalho, segundo publicado pelo Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (2013):

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulgaram, no dia 9 de setembro de 2014, os dados do Censo da Educação Superior 2013. O curso de Ciências Contábeis está entre os mais procurados pelos estudantes de graduação e ocupa a quarta colocação no ranking, com 328.031 futuros profissionais.

Mercado este que tem se tornado amplo para este tipo de profissional, pois o contador vem tomando uma posição de destaque nos processos de tomada de decisão das entidades.

Segundo Mascarenhas (2013):

No Brasil existem aproximadamente trezentos mil contadores, e somente no estado de São Paulo o número chega a mais de 76 mil profissionais, segundo o Conselho Federal de Contabilidade. Além disso, a contabilidade é a quarta profissão que mais oferece oportunidade de trabalho no mundo.

Distanciando-se da imagem que por muito tempo se teve deste, que figurava como um profissional arcaico responsável apenas pelos registros de contas em livros escriturários, tornando a classe conhecida como “guarda-livros”, o contador de hoje reafirma-se numa posição de alta relevância dentro da sociedade.

Atualmente o profissional contábil tem uma ampla perspectiva de carreira, Segundo Ildícibus e Martins (2010, p. 8) “Pode-se afirmar, sem receio de se incorrer em erro, que o mercado de trabalho para o contador de alto nível, hoje, no Brasil, é, em média um dos melhores entre os de profissionais liberais, no sentido financeiro, principalmente”.

Observa-se esta possibilidade de atuar em diversos segmentos como contador, auditor, perito contábil, analista financeiro, consultor entre outros.

Em vista do mercado cada vez mais acirrado, para não ficar no ostracismo, o profissional contábil de hoje precisa ter um perfil arrojado e atualizado, acumulando novas aptidões, as quais o mercado espera dele, ou seja, o contador precisa agregar

características e competências técnicas que façam dele um profissional multidisciplinar, sendo alguém que deseja aproximar informações e utilidades gerenciais para sua organização.

Dessa forma o conhecimento técnico teórico é muito importante para quem deseja galgar carreira como contador. A preparação do profissional contábil começa no ambiente acadêmico, onde são apresentadas as técnicas, procedimentos e as diversas frentes onde ele poderá atuar assim como todos os tipos de organização que merecem sua atenção, revelando suas distinções em busca de prepará-lo para as mais diversas situações. Dentre as áreas em que o contador necessitará de uma abordagem específica pode-se citar: indústria, comércio, setor rural, mercado financeiro e também o terceiro setor.

1.1 Tema e Problema

Na Paraíba, mais especificamente na cidade de João Pessoa, testemunhou-se nos últimos anos o crescimento do número de Instituições de Ensino contendo em sua grade de cursos o de bacharelado em Ciências Contábeis. Hoje totalizando um número de 16 Instituições de Ensino, sendo sete com cursos de graduação presenciais, seis delas privadas e uma pública e nove com cursos à distância ou semipresenciais.

A partir da verificação do projeto pedagógico de um número reduzido no universo à qual se propôs esta pesquisa, foi possível auferir que há um perfil comum entre todas as universidades contempladas em relação ao profissional produto que as Instituições de Ensino propõem oferecer ao mercado ao fim do curso, sendo este um profissional que não se limita a atribuição de registros básicos, mas que está pronto a entender as mais diversas demandas do mercado.

De acordo com Oliveira e Silva (2013, p. 2):

[...] percebe-se uma mudança de perspectiva em relação a profissão de contador no mundo, e no Brasil isso não é diferente. Há uma alteração de um perfil que outrora se preocupava basicamente em atender as exigências fiscais e tributárias para uma contabilidade que visa assessorar e fornecer informações a seus usuários de forma gerencial, onde o contador deve possuir um conjunto de habilidades que o deixará apto para se destacar no mercado de trabalho.

Destacam-se como ambientes de atuação, os setores privado e público, além da atuação liberal voltada para o atendimento das médias e pequenas empresas.

A observação da grade curricular e fluxogramas dos cursos ofertados pelas três universidades contempladas: UFPB, UNIPÊ e Maurício de Nassau, reflete o nível de atenção dada às vertentes de conhecimento da Contabilidade como ciência, abordadas dentro do período de consecução dos cursos. Diante do exposto esta pesquisa se preocupou em analisar se, e como, um dos setores dos quais se necessita a atuação direta do profissional contábil vem sendo explorado.

Julga-se necessária a discussão, pois as atualizações do cenário contábil têm contemplado dentro dos seus conceitos, normas e procedimentos, novidades sobre o terceiro setor, as quais são dignas de serem observadas e explanadas no ambiente acadêmico e serem levadas a conhecimento do corpo discente, para que este esteja preparado a usar as ferramentas propícias na função de norteador destas entidades que se somam a um setor que cresce a cada dia.

O terceiro setor é um tema que cada vez mais se mostra relevante e seu ensino nas instituições acadêmicas cada vez mais oportuno. De acordo com esta premissa o presente trabalho de pesquisa justifica-se pela busca de resposta a seguinte pergunta: Como tem sido a percepção dos alunos concluintes do curso de ciências contábeis na UFPB, UNIPÊ e Maurício de Nassau no que se refere ao conteúdo ofertado sobre o terceiro setor?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Levantar dados sobre a oferta de conteúdo disciplinar teórico voltado ao terceiro setor e descrever de que maneira se dá a percepção do corpo discente, na condição de concluinte, do curso de Ciências Contábeis nas Instituições de Ensino de João Pessoa – PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

1. Abordar o tema terceiro setor no cenário atual;
2. Estabelecer a importância do conhecimento disciplinar teórico voltado ao terceiro setor;

3. Identificar, através de questionamentos, a concepção dos concluintes sobre a relevância do tema;
4. Verificar e Descrever a situação Oferta/Demanda de disciplinas que contemple o tema Terceiro Setor, nas universidades escolhidas para a pesquisa

1.3 Justificativa

O terceiro setor é um segmento da sociedade que vem crescendo e tomando forma, tanto em número de entidades constituídas, classificadas como integrantes deste setor, como pela evolução de sua legislação que cada vez mais busca se consolidar. No Brasil segundo pesquisas realizadas pelo IBGE divulgadas no ano de 2012, o número de FASFILs (Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos) contabilizavam um total de 290.692 entidades. Na Paraíba não existem números atualizados, mas de acordo o IBGE computavam em 2010 um número de 5.628 unidades locais atuando com um total de 13.187 de pessoal assalariado.

Em relação à normatização Olak et al. (2008, p. 30) descreve:

Esforços têm sido somados no sentido desta reformulação legal, culminando, por exemplo, com a promulgação da Lei n.º 9.790/1999, que foi elaborada com o principal objetivo de fortalecer o Terceiro Setor.

Para Szazi (2003, p. 23) apud Olak et. Al (2008, p.30):

Apesar das recentes mudanças, a legislação que regula o Terceiro Setor no Brasil ainda carece de modificações, tendo em vista a ampliação, o fortalecimento e a transparência dessas entidades.

Diante disso o profissional contábil precisa estar a par das peculiaridades que circundam este segmento. Em contrapartida a este relevante crescimento, observa-se um baixo número de trabalhos científicos focados nesta área e pouco se pode encontrar hoje de fontes bibliográficas na literatura contábil brasileira.

De acordo com pesquisa feita por Olak et al. (2008, p. 38):

a produção acadêmica contábil na área do Terceiro Setor é muito incipiente no Brasil. Considerando o período analisado (7 anos), a média é muito baixa, em torno de 5 produções por ano. Além disso, conforme já enfatizado anteriormente, a maioria dos artigos apresentados nos congressos ou

publicados nas revistas é fruto das dissertações e teses, limitando ainda mais essa estatística.

Pesquisas vêm sendo realizadas em relação à produção acadêmica no que tange à produção de trabalhos científicos, a oferta e percepção do conteúdo voltado ao Terceiro Setor com a já citada feita por Olak et. Al em 2008 tendo por título : As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro. Outro exemplo é a pesquisa: As peculiaridades da contabilidade aplicada ao terceiro setor na visão dos acadêmicos, por Arruda Et al apresentada durante o XVII Congresso Brasileiro de Custos – Belo Horizonte em 2010 os quais descreverem em suas considerações finais a seguinte constatação:

[...] constatou-se que os acadêmicos do Curso de Ciências Contábeis possuem conhecimento da existência e atuação do terceiro setor, porém essas informações são provenientes de outros meios que não da academia. (ARRUDA et al. 2010, p.13)

Observando que existe uma necessidade de levar à luz esse tema, por considerar a matéria relevante para o corpo discente a presente Pesquisa se propõe a fazer um levantamento, bem como considerações sobre a percepção dos alunos concluintes de ciências contábeis, em relação ao conteúdo que contempla a disciplina voltada ao terceiro setor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa tem a proposta de mostrar como o tema Terceiro Setor vem sendo abordado em três universidades de destaque na cidade de João Pessoa, levando em conta que seus cursos são do tipo presencial, dos quais pressupõe-se a busca por uma oferta sólida de conteúdo disciplinar na formação do profissional contábil. Baseado na hipótese de que é baixo o nível do conteúdo técnico teórico ofertado no que tange ao tema: contabilidade voltada ao terceiro setor tem-se o cenário da presente pesquisa.

Visto que este não é um problema isolado, é possível observar que há uma série de fatores que causam esse diagnóstico não só em João Pessoa, mas no Brasil como um todo, começando pela questão do incentivo tardio ao setor, que vem tendo uma recente e maior atenção nas últimas décadas.

Segundo Olak et al. (2008, p.26):

São recentes, no Brasil, as ações oficiais no sentido de promover o desenvolvimento do segmento privado não lucrativo, comumente denominado de Terceiro Setor. Entretanto, é notório de longa data o crescimento desse setor.

Como citado, o Terceiro setor vem demonstrando crescimento nos últimos anos. Assim também destaca Zavala (2007):

O primeiro levantamento sobre o setor sem fins lucrativos realizado com dados oficiais no Brasil utilizou como referência o Cadastro Central de Empresas (Cempre) do IBGE para o ano de 2002, que cobre o universo das organizações inscritas no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Um dos destaques foi que, entre 1996 e 2002, o número de fundações privadas e associações sem fins lucrativos cresceu 157%, passando de 105 mil para 276 mil. No mesmo período, o número de pessoas ocupadas no setor passou de 1 milhão para 1,5 milhão de trabalhadores, registrando um aumento de 50%.

Zavala (2007) diz ainda que “segundo apontam pesquisadores, uma recente revisão do instituto mostrou uma participação oficial de 1,4% na formação do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB), o que significa um montante de aproximadamente 32 bilhões de reais”.

Por esse e outros fatores é que o Terceiro Setor deixou de ser um tema escanteado no campo acadêmico, tanto por conta do seu crescimento quanto por sua intrínseca relevância na sociedade. Aos poucos mais trabalhos científicos e centros de estudo tem aberto espaço pra exploração dessa área de conhecimento.

De acordo com Olak et.al. (2008, p. 27):

No meio acadêmico, centros de estudo foram sendo criados nas últimas décadas, objetivando o desenvolvimento da pesquisa na área. Como por exemplo, citam-se o Centro de Estudos do Terceiro Setor (Cets), da Escola de Administração de empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, criado em 1994; e o Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor (Ceats), do Departamento de Administração FEA/USP, cujas atividades se iniciaram em 1998. Na área Contábil, ao contrário, são poucas as ações que tenham, de fato, esse objetivo.

O que ocorre dificultando o avanço e inserção do tema no campo acadêmico é a sua falta de homogeneidade em seu conceito e classificações além de uma normatização consolidada. Colocando-a em desvantagem em relação as outras áreas do estudo.

Segundo Olak e Nascimento (apud OLAK et.al. 2008, p. 31):

[...] no Brasil, são embrionárias, ainda, as normas e práticas contábeis que contemplam particularmente as entidades do Terceiro Setor. Além disso, as pesquisas e publicações sobre o tema são raras e apenas recentemente o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) pronunciou-se sobre o assunto, editando normas técnicas aplicáveis às organizações sem fins lucrativos.

Mas a dificuldade não se dá apenas no cenário da contabilidade. Como sendo uma área que contempla várias áreas de estudo.

O campo de estudos do terceiro setor é uma das áreas mais novas e verdadeiramente multidisciplinares das Ciências Sociais, unindo pesquisadores de disciplinas como Economia, Sociologia, Ciência Política e áreas acadêmicas aplicadas como Serviço Social, Saúde Pública e Administração. (FALCONER, 1999, p. 01)

E por ser um tema segundo Falconer (1999, p. 01) ainda novo, apresenta uma produção de trabalhos científicas incipiente:

O estudo do terceiro setor é uma área de conhecimento nova tanto no Brasil quanto no resto do mundo. No Brasil, as escolas de Administração começaram a debruçar-se recentemente sobre o tema. Neste país, o terceiro setor não é um tema extensivamente pesquisado, existindo ainda poucos estudos empíricos abrangentes, e um número insignificante, até recentemente, com enfoque organizacional.

“A heterogeneidade e complexidade do terceiro setor impossibilitam a adoção de um sistema único de gestão para o setor como um todo, concluindo que há ainda um

longo caminho a percorrer nessa área do conhecimento”, como bem relata Salvatore apud De Paula et al. (2010, p. 03).

Pode-se perceber que o Terceiro Setor ainda se mostra um tema complexo em relação ao seu conteúdo teórico e conseqüentemente apresenta-se certa dificuldade em sua abordagem no campo científico.

2.1 Terceiro Setor

As urgentes demandas e mudanças presentes na nossa sociedade, vinculadas ao elevado grau de desigualdade social e de oportunidades, tem sido o mote gerador de um grupo que se estabelece como um caminho alternativo, viabilizador de grandes possibilidades, um segmento que há muito tempo está presente na sociedade e que tem se tornado cada vez mais importante e digno de atenção por seu número crescente de entidades e pela contribuição positiva que tem dado a esfera social como um todo.

Atuam dentro da sociedade organizada três setores. Para uma melhor compreensão do que é o terceiro setor se faz necessário conhecer o primeiro e o segundo.

O Primeiro setor é o Estado, ele legitima e organiza suas ações por meio do arcabouço legal que é todo conjunto de leis decretos e regulamentos dentro da nossa constituição. O Estado tem como responsabilidade garantir “[...] a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, segundo o Art. 5º da Constituição Federal. A forma de atuação do Estado caracteriza-se pela coerção, impondo à sociedade regras a serem seguidas.

No segundo setor encontra-se o mercado, que busca oferecer não pela coerção, mas pelos mecanismos de preços, serviços e produtos disponíveis aos consumidores, ofertados por diversos valores e variedades. Estas organizações enquadradas no mercado atuam visando o lucro e o benefício dos proprietários e investidores destas entidades.

O terceiro setor é composto por organizações não governamentais, consideradas um bem comum da população, pois não pertencem nem a esfera do governo nem a do mercado. Visam amenizar os problemas sociais existentes indo de encontro às necessidades da sociedade, onde o governo e o mercado tem atuação debilitada.

As entidades que compõem este segmento são caracterizadas por serem em sua forma jurídica entidades de direito privado, mas que perseguem propósitos de interesse público. São sem fins lucrativos, ou seja, seu excedente não é destinado à remuneração dos investidores, mas à sua própria manutenção e continuidade, sendo assim não se enquadram em nenhum dos dois segmentos supracitados.

Estas entidades buscam oferecer serviços que supram as carências da sociedade e tem como propósito ser um agente transformador do ser humano, sendo este seu produto final, o indivíduo beneficiado. Este aspecto é mais bem retratado pelas organizações não governamentais (ONGs) que visam a construção da autonomia e igualdade de grupos populares.

Segundo Olak e Nascimento (2010, p. 07) “Em linhas gerais as entidades sem fins lucrativos existem para provocar mudanças nos indivíduos e consequentemente na sociedade, entretanto, cada entidade deve definir formal ou informalmente sua própria filosofia”.

2.2 Classificação das Entidades do Terceiro Setor

Conforme descreve o Conselho regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (2011, p. 13):

A natureza jurídica das organizações do Terceiro Setor é abordada nos incisos I, III, IV e V do art. 44 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Relaciona as pessoas jurídicas de direito privado como sendo as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações.

IV – as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003);

V – os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003).

Dentro desta gama de diferentes entidades sem fins lucrativos podem ainda ser mais subdivididas para Olak e Nascimento (2010, pag. 9) sob várias abordagens: “sob a ótica jurídica (aspectos legais), em função das atividades que desempenham, (definições funcionais), quanto à extensão dos benefícios sociais, quanto a origem dos recursos financeiros e econômicos que recebem, etc.”.

Vale ressaltar que por conta destas várias espécies e classificações o terceiro setor ainda é percebido como um ambiente obscuro que se baseia em termos

negativos para se definir (não governamentais e sem fins lucrativos), dificultando sua conceituação entre autores e estudiosos, pois é um ambiente com uma multiplicidade de organizações que vão desde associações de profissionais a organizações religiosas.

No Brasil segundo o senso feito pelo IBGE divulgado em 2012 das fundações privadas e associações sem fins lucrativos até 2010 existiam 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos - FASFIL, representando 5,2% do total de 5,6 milhões de entidades públicas e privadas, lucrativas e não lucrativas que compunham o cadastro central de empresas- CEMPRE, do IBGE. A distribuição das FASFIL dá-se numa proporção semelhante a distribuição populacional, com 44,2% no Sudeste, em seguida encontra-se o Nordeste com 22,9% das instituições, em terceiro lugar figura a região Sul com 21,5%, em quarto lugar a região centro-oeste com 6,5% e em último lugar a região norte com 4,9% das entidades.

Estas entidades que realizam atividades de interesse público cada vez mais o fazem em parceria com o governo. Nesse sentido o Estado muitas vezes não atua de forma direta em algumas áreas, deixando-as a cargo de organizações sem fins lucrativos.

Por receberem seus recursos e ter seu patrimônio constituído por doações diversas de diferentes núcleos da sociedade, como empresas, pessoas físicas, e o próprio governo por meio de subvenções que visam o fomento das áreas onde atuam as ESFLs, é muito importante a prestação de contas (*accountability*), que seja capaz de apresentar de forma transparente as origens, destinações dos recursos, e se os mesmos estão sendo aplicados de forma a garantir os objetivos do estatuto da entidade. Este é um fator importantíssimo para a captação de recursos, ser uma entidade confiável, em que toda sociedade possa investir sabendo no que está aplicando seu dinheiro e bens.

Para Olak e Nascimento (2010, p. 22):

A falta de transparência é, em algumas vezes proposital no sentido de encobrir escândalos envolvendo alguns gestores inescrupulosos, mal-intencionados, que se aproveitam da frouxidão da nossa legislação, ou mesmo usufruindo dos benefícios fiscais concedidos a entidade que de filantrópicas, só tem o nome.

Por motivos como a imunidade e isenção fiscais das quais usufruem estas entidades, o preciso registro das entradas de doações e subvenções e das saídas com

as despesas para a consecução dos objetivos da entidade, se faz necessário que o profissional contábil esteja preparado.

Segundo Marcovitch (apud OLAK; NASCIMENTO, 2010, p. 20):

Por desempenhar função de interesse público, espera-se que a organização do terceiro setor cultive a transparência quanto ao seu portfólio de projetos e também quanto aos resultados obtidos e aos recursos alocados. O diagnóstico *ex-ante* e a avaliação *ex-post* constituem instrumentos determinantes para o êxito e o apoio a ser obtido em iniciativas futuras, nesse sentido a preparação de relatório de avaliação e sua disseminação constituem importantes instrumentos de comunicação com a sociedade.

Existe, pois uma demanda por profissionais capacitados a oferecer informações relevantes e fidedignas tanto para os usuários externos (sociedade em geral) como para a administração destas instituições, que necessitam estabelecer um controle sobre seus recursos, garantindo assim um funcionamento pleno da entidade.

Apesar disto o terceiro setor pode ser considerado como um campo ainda pouco explorado nos debates contábeis, ainda que nos últimos anos seja possível assistir uma mudança de pensamento.

Alguns grupos tem trabalhado para levar este tema à uma maior visualização. Conclui-se isso pela criação de núcleos de pesquisa que tem se dedicado à produção acadêmica deste tema como, por exemplo, o CETS (centro de estudo do terceiro setor – FGV) o NEATS (núcleo de estudo em administração do terceiro setor-PUC/SP) e o CEATS (centro de estudo em administração do terceiro setor).

2.3 Histórico das Entidades do Terceiro Setor no Brasil

Datadas desde o século XIX, tem atuado no Brasil organizações com a finalidade de atender as necessidades sociais. As primeiras iniciativas hoje concebidas como organizações de Terceiro Setor são as santas casas de misericórdia, abertas pela igreja católica, a primeira criada em 1543. Essa tradição de atuação da igreja católica remonta ao século XVI até o Século XIX sendo caracterizados pela criação de mosteiros, orfanatos, hospitais entre outros. Essas ações eram marcadas pelo sentimento de caridade e benevolência aos menos favorecidos. A atuação da igreja e do governo continua concomitantemente durante todo período colonial até o final do século XIX.

Gerência de Estudos Setoriais – BNDES (2001, p. 06):

As Santas Casas, que datam da segunda metade do século XVI, são exemplos clássicos desta tradição. A estas agregam-se as irmandades e as “ordens terceiras”, que prestavam um atendimento mais específico, em termos de público e de objetivos, em relação ao implementado pelas Santas Casas. O fato é que durante todo o período colonial, até o início do século XIX, esta associação entre Estado e Igreja Católica, que objetivava o atendimento e a assistência das questões sociais, mostrou-se presente e predominante.

1930 - O fim da república velha - Começa a era do governo Getúlio Vargas e o Estado novo. O Estado assume as políticas sociais e assistencialistas e em parceria com as organizações sem fins lucrativos vem implementar as políticas públicas, o Estado passa a intervir na sociedade e na economia e se torna o formulador e implementador de tais políticas, em 1935 um importante passo para estas entidades é dado, é promulgada a lei que declara estas entidades de utilidade pública. Nessa época foram promulgadas as primeiras leis trabalhistas.

Conforme descreve Carvalho (2006, p. 19):

Neste Período, O Estado assume o papel de formulador e implementador das políticas públicas, contando com a colaboração de organizações sem fins Lucrativos pra sua implementação. Para tanto, é promulgada em 1935, uma lei que declara de utilidade pública estas entidades

Regime militar - Este período é marcado pela separação entre Estado e a sociedade. O Estado passa a reprimir organizações sociais que não estavam sob o seu controle, declarando-as como ilegais. A igreja também é desligada da estrutura de poder, mantendo sua atuação longe da intervenção do Estado, surgem nessa época diversas organizações invisíveis aos olhos do Estado, nesse período também surgem as organizações sem fins lucrativos voltadas a mobilização social e contestação política.

Segundo, Carvalho (2006, p. 19):

Na vigência do Regime Militar, muitas instituições de caráter filantrópico e assistenciais se juntam às organizações comunitárias e aos chamados “movimentos sociais” para serem porta-vozes dos problemas sociais. É neste período que surgem as ONGs, instituições ligadas à mobilização social e à contestação social

1988 a 2000- redemocratização e a formação do terceiro setor - Com a redemocratização houve a retomada da garantia dos direitos e intensificação do processo de globalização, a questão ambiental ganhou espaço nas discussões.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 18):

[...] a redemocratização levou à ênfase ações dirigidas à população, aliadas a questões de exclusão social, meio ambiente, etc. Entretanto nesse momento não se manifestavam preocupações dirigidas aos aspectos legais e institucionais de uma organização no mundo de relações Jurídicas.

Sobretudo pós-constituição de 1988 a sociedade civil se torna mais atuante, e cada vez mais se mobiliza e se organiza com o objetivo de criar entidades próprias para realização de atividades que gerem benefícios a si mesma.

A partir dessa época, o mundo que estava nesse processo de globalização começou a assistir um crescimento acelerado de grupos voltados para causas sociais de combate a pobreza e desigualdade como também para questões ambientais. Nesse período começou a haver uma mudança em questão a gestão das entidades sem fins lucrativos. Desde a década de 70 as organizações sem fins lucrativos no Brasil haviam crescido e se multiplicado com o apoio da cooperação internacional, entidades estrangeiras de natureza filantrópica que promoviam ações sociais no terceiro mundo.

Estes fundos eram concedidos com certa facilidade, até então não eram necessárias maiores preocupações com questões de princípios, regras e padrões de natureza contábil na prestação de contas, pois tais eram feitas segundo as regras institucionais dos doadores dos fundos, ou seja, até dado momento, não existia uma grande preocupação com questões técnicas, legais e planejamento em relação ao financeiro das Entidades sem fins lucrativos.

Além desta via de fundos havia a ajuda do governo. Quando o termo ONGs começa a se popularizar e a aparecer mais fortemente, também começam a chegar fundos governamentais que tinham como objetivo apoiar os projetos sociais. Diante disso começam a surgir exigências em relação ao controle dos recursos inclusive por parte das ONGs internacionais, as quais passam a exigir com mais ênfase a auditoria.

Ainda segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p.19):

A Crise financeira que já vinha do final da década de oitenta começa a repercutir mais fortemente nas ONGs internacionais no início dos anos noventa. Isto, aliado às questões de miséria na África e no leste europeu, levou as Ongs internacionais a mudarem de foco em termos de doações de fundos para ações sócias no Brasil, transferindo a sua linha de interesse para aquelas

regiões. Surge, então, a linha de ação conhecida como auto sustentabilidade implementada pelos doadores internacionais, que significa: Capacitar os dirigentes de Entidades de Interesse social para a gestão institucional, captação de fundos e continuidade da missão institucional.

O cenário não é mais o mesmo para as entidades sem fins lucrativos que até então não estavam acostumadas a uma cultura de prestação de contas tão rígida, conforme descreve o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 19):

Na década de 90, os fundos públicos se diversificam e acentuam-se as exigências governamentais para aferição de sua aplicação. À pouca utilização desses fundos, além de questões políticas, somam-se as dificuldades estruturais administrativas internas das organizações que atendem a contento as demandas da legislação governamental.

A partir destes acontecimentos as organizações do terceiro setor que atuavam na sociedade através destes recursos se viram numa nova fase, onde se fazia necessário ajustar suas políticas administrativa e financeira, para atender a todas as exigências advindas do poder público, e buscar além destas fontes, investimentos de empresas como também doações voluntárias.

Se antes muitas das organizações que lutavam por fundos do governo não o alcançavam e aquelas que conseguiam, logravam êxito com muita dificuldade por não atenderem as demandas da legislação governamental, tais entidades passaram a ter que tomar uma nova postura diante dos dois setores.

Passaram a ser preocupações das entidades sem fins lucrativos captadoras de recursos externos. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 19):

[...] cumprimentos dos aspectos legais institucionais internos; cumprimento das exigências legais dos órgãos governamentais; imunidade ou isenção de tributos como forma de redução de despesas; estruturação da contabilidade, não apenas como exigência legal, mas como instrumento auxiliar para os relatórios financeiros de prestações de contas dos projetos e controle de gastos, entre outras.

Além disso, as responsabilidades das entidades de interesse social crescem quando elas passam agora a ser entidades empregadoras, tendo que observar e cumprir legislação trabalhista, a comprar e contratar serviços e a tomar empréstimo.

A falta de uma legislação e parâmetros jurídicos dificultou a vida das entidades de interesse social nesse período. Apesar disso no antigo Código Civil de 1916, observa-se que há muito tempo dá-se a origem das entidades de interesse social de acordo com a lei 4.657/42 Art. 11 que define essas organizações como: “Organizações

destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, e que obedecem à lei do estado em que se constituírem”. Foi nesse primeiro registro legal que foi definido que o ministério Público velaria pelas fundações.

2.4 Tipos de Organizações do Terceiro Setor

A natureza jurídica das organizações do Terceiro Setor é abordada nos incisos I, III, IV e V do art. 44 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Relaciona as pessoas jurídicas de direito privado como sendo as associações, as fundações, as organizações religiosas e os partidos políticos:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações.

IV – as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003);

V – os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003).
(conselho regional de contabilidade rio grande do sul)

2.4.1 Associações

As características das associações estão enunciadas da seguinte forma de acordo com os artigos 20 e 23 do código civil de 1916:

- a) Os fins, os meios próprios e os interesses são estabelecidos pelos associados;
- b) Os associados podem alterar os fins;
- c) O patrimônio é constituído pelos associados;
- d) Os associados deliberam livremente.

2.4.2 Fundações

As características das fundações estão enunciadas de acordo com os art. 24 e 30 do antigo código civil, são eles:

- a) Os fins, os meios próprios e os interesses são estabelecidos pelo fundador.
- b) Os fins são perenes e imutáveis;
- c) O patrimônio é fornecido pelo instituidor; e
- d) As resoluções são delimitadas pelo instituidor.

2.5 Regulamentação e Parcerias com o Governo

Nos anos 90 se intensificou o debate acerca da uma melhor regulamentação das associações sem fins lucrativos, segundo a GESET (2001, p.10) “A partir de 1996, intensificaram-se os debates e a movimentação da sociedade civil organizada, liderados pelo Conselho do Comunidade Solidária, que culminou com a aprovação de uma nova regulação para o setor”

Entre as queixas dos componentes deste setor estavam, a falta de uma regulação que fizesse distinção das entidades de interesse social e a grande diversidade de entidades genéricas classificadas como integrantes do terceiro setor, as quais podiam assumir diferentes formatos legais o que gerava uma dificuldade para o crescimento das que realmente estavam interessadas em uma atuação com finalidade pública. Por causa disso com a liderança da Comunidade Solidária, programa criado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em 1995 foi criado o marco legal das entidades sem fins lucrativos, pois até então esse segmento ressentia-se, por não ser contemplado por uma legislação que pudesse embasa-la. De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 21):

O marco legal do terceiro setor envolvia, além da idéia de uma legislação societária, uma legislação sobre o trabalho voluntário, sobre relações do trabalho em geral, sobre recursos oriundos de incentivos fiscais e sobre a fiscalização e o acompanhamento dos recursos gerenciados pela entidade.

2.5.1 OSCIPs

Em 1999 promulga-se a lei 9.790, a lei das OSCIPS, um título fornecido pelo ministério da Justiça, que regulamenta e distingue as organizações de interesse social.

Fundamentalmente se trata do aperfeiçoamento do ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o estado. Parceria está prevista em lei e regulada por definições que restringem estas relações de obtenção dos fundos públicos através do chamado: Termo de Parceria.

De acordo com a legislação estão fora da classificação de OSCIP e das relações balizadas por esta lei os seguintes formatos:

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I - as sociedades comerciais;
- II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
- III - as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- IV - as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
- V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
- VI - as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
- VII - as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
- VIII - as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
- IX - as organizações sociais;
- X - as cooperativas;
- XI - as fundações públicas;
- XII - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou por fundações públicas;
- XIII - as organizações creditícias que tenham quaisquer tipos de vinculação com o sistema financeiro nacional a que se refere o art. 192 da Constituição Federal. (BRASIL, 2012)

É instituído a partir daí umas séries de requisitos e obrigações que as entidades da sociedade civil de interesse público precisam cumprir para obtenção do termo de parceria junto ao poder público, segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p.22) relativas à “[..] prestação de contas, auditorias dos projetos, fiscalização institucional promovida pelo conselho fiscal de instituição, obrigatória nessas organizações”.

2.5.2 Organização Social (OSs)

São entidades que atuam através do contrato de gestão com o governo, segundo Andrade (2015, p.77):

O título de Organização Social (OS) encontra previsão na Lei n.º 9.637/98. Podem ser qualificadas como organizações sociais as fundações e as associações cujas atividades sejam dirigidas ao ensino (e aqui não houve distinção de 1º ou 2º grau ou de nível superior), à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos da Lei.

As OSs usufruem através da formalização do Contrato de gestão, do fornecimento de recursos, além de administração e utilização de bens e pessoal

pertencentes ao poder público, sendo impostos como contrapartida metas de desempenho que visem garantir a qualidade e efetividade dos serviços prestados.

2.6 Papel do Contador na Constituição de Fundações e Associações

É possível afirmar que o papel do profissional contábil se faz de grande importância na vida de uma entidade sem fins lucrativos, mas para isso precisa-se evidenciar esta importância e em que momento o contador se faz necessário, apontando assim o porquê de existir a necessidade no trato deste assunto junto ao profissional contábil em formação.

A atuação do Contador deve começar desde o princípio, neste caso, desde a constituição destas entidades, que se inicia no planejamento estratégico, momento em que serão traçados os meios pelo quais a entidade atuará assim como os objetivos institucionais da mesma.

Segundo Araújo (2012):

Como gerente de informações, os relatórios, análises, projeções e informações fornecidas pelo contador vão subsidiar um planejamento consistente e consequentemente com maiores possibilidades de êxito. Muitos projetos desenvolvidos pelas organizações do terceiro setor não alcançam seus objetivos propostos em função da falta de planejamento e controle de seus custos e pela discrepância entre o fluxo de caixa previsto e o realizado. O Contador é um profissional preparado para projetar os custos e assessorar o gestor no estudo da viabilidade dos projetos da organização.

A constituição de uma entidade é um momento burocrático para qualquer tipo de empresa. Observa-se que, apesar de também partilhar de dificuldades que se encontra toda nova empresa durante este estágio, há processos que distinguem as entidades do Terceiro Setor dos demais tipos de entidades e que se deve prestação de contas à agentes específicos em dados momentos, diferenciando-se das empresas do mercado.

Assim como qualquer constituição de uma organização estas entidades passam por um processo demorado, e em algumas situações até complicadas para os representantes destas entidades, até que cheguem ao momento do pleno exercício de suas atividades, por isso é necessário o acompanhamento do profissional contábil, como será apresentado a seguir, porém inicialmente é necessário elencar quais os procedimentos jurídicos pelos quais os instituidores passam no momento da constituição de suas entidades.

2.6.1 Da Constituição de Fundações

Na constituição de uma fundação pode-se observar que há dois caminhos para alcançar este objetivo. O primeiro e mais usado é por meio da Escritura Pública e o segundo e mais raro é através do testamento. Lembrando sempre que a na constituição de uma Fundação há a personalização de um patrimônio para exercício de atividades de interesse social, e caracteriza-se por ser um ato unilateral de vontade.

Todo o Processo é supervisionado pelo Ministério Público o qual será em todo tempo comunicado das etapas do processo. Ele será o primeiro contatado quando do desejo de um instituidor começar uma fundação.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2015, p.86):

[...] Ao Ministério Público cabe fiscalizar a prestação de contas das associações tipificadas como sendo de interesse social. O velamento das fundações e a fiscalização das associações são realizados de acordo com atos normativos dos ministérios públicos dos estados e do Distrito Federal.

Logo como normalmente é feito, a escritura desse ser lavrado em cartório, na escritura o instituidor poderá declarar a forma de administrar a fundação. Logo após esta etapa deve ser feito o registro em cartório de registro de pessoas jurídicas, onde ela ganhará personalidade jurídica, o CNPJ. A partir daí a fundação está constituída, mas não está apta ainda a exercer suas atividades, pois é preciso registrar o seu estatuto no cartório de registro de pessoas jurídicas, sua elaboração será feita pelo instituidor ou por responsável indicado por ele, logo após, esse estatuto deverá ser submetida à aprovação pelo ministério Público que se encontra no lugar da sede da entidade. Sendo aprovado o estatuto ele deverá ser registrado em cartório.

Feito tudo isto ainda é necessário o cadastro no ministério da fazenda e em entidades representantes das atividades que serão exercidas pela fundação.

2.6.2 Da Constituição de Associações

Diferente das Fundações as associações não são em seu início reguladas por um ente do estado, não existe controle prévio, como ministério público é para as fundações.

As associações são criadas formalmente por uma ata de criação, ao invés de escritura pública. Esta ata é elaborada pelos próprios associados, e para ser levada à registro precisa estar assinada pelo presidente da associação e por um advogado devidamente registrado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. Percebe-se que para todo processo é necessário o apoio de alguns profissionais, como os advogados.

Longo após, a ata de criação precisa ser levado à registro no cartório de registro de Pessoa Jurídica na qual a associação estará sediada. Feito isto a associação estará dotada de Personalidade Jurídica, mas para desenvolvimento de suas atividades é necessário assim como as fundações, que seja feito o cadastro no ministério da fazenda, além de atender a outras obrigações exigidas por órgãos de sua área de atuação.

O profissional contábil é uma importante ferramenta na constituição dessas entidades pois ainda é necessária a apresentação de outros tipos de registros os quais prioritariamente deve ficar a cargo de um contador, são eles registros de ordem fiscal, trabalhista e local.

De acordo com Leandro (2009, p. 29):

Segundo Recomenda-se, neste momento, que seja feito por um contador ou escritório de contabilidade qualificado, que irá providenciar os registros fiscais, trabalhistas e requerer o registro da Secretaria da Receita Federal para obtenção do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). Com o CNPJ em mãos, a ONG pode ter acesso a uma conta bancária, realizar contratos e termos de parcerias, contratar funcionários, receber recursos, emitir recibos, entre outras ações. Anualmente, a ONG precisará emitir informações para os órgãos competentes, mantendo seu cadastro ativo e regular. Por exemplo, mesmo que não haja funcionários registrados, será necessário enviar o RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o GFIP (Guia do Fundo de Garantia e Informações à Previdência). Caso deseje ter funcionários, o cadastro na Previdência Social é obrigatório. Por essas razões, recomenda-se o suporte de um contador.

Percebe-se que o Contador desempenha um papel importante desde os primeiros momentos destas entidades, desempenho este que se segue na sucessão das atividades. Depois de apresentado o papel do contador na primeira fase das entidades do Terceiro Setor de interesse social, é importante observar quais as peculiaridades provenientes das entidades que encontra-se neste segmento e que as distinguem das outras onde há a atuação do profissional contábil. Diante disso o contador em formação precisa estar a par delas.

2.7 Imunidade e Isenção Fiscal

Um dos aspectos que diferencia as entidades do terceiro setor e que o profissional contábil irá se deparar é a questão fiscal, pois diferente das empresas encontradas no mercado, estas desfrutam de Imunidade e/ou isenção fiscal. Por conta de sua atuação na sociedade, e pelo fato de serem atividades de natureza pública apesar de estas serem juridicamente pessoas de direito privado, suas atividades podem ser vistas como de alta relevância pelo Poder Público, pois se encaixam nas lacunas onde o mesmo não atua. Por reconhecer isso é que o Poder Público tem buscado oferecer benefícios a estas entidades, em busca de incentivá-las.

Segundo o conselho Federal de contabilidade (2015, p. 59):

Os principais instrumentos de fomento às atividades das organizações da sociedade civil são o reconhecimento da imunidade e a concessão de isenção de impostos e contribuições, além de repasse de recursos públicos, por meio de convênios, contratos, subvenções, termos de parceria, instrumentos de colaboração e outros congêneres.

Das ações que partem do governo, essas duas podem ser consideradas as mais importantes.

2.7.1 Imunidade

Imunidade de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 37) “Decorre de norma constitucional, que impõe vedações de diversas naturezas ao poder público, no que diz respeito a inciso VI, instituição, majoração, tratamento desigual, cobrança de tributos, entre outras limitações”.

A Imunidade observada na constituição Federal em seu art. 150 é estabelecida em sua vedação da seguinte maneira:

Art 150. [...] Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, Ao Distrito Federal e aos Municípios:

(...)

IV- Instituir impostos sobre:

(...)

C) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e da assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Para tanto o Código Tributário Nacional apresenta as condições que devem ser observadas por estas entidades para que estas alcancem este benefício:

Art. 14. O disposto na alínea e do inciso IV do art. 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou de participação no seu resultado;

II – aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

Como observado na norma, estes requisitos que devem ser seguidos são muito importantes, diante disto o papel da contabilidade faz toda diferença no tocante a continuidade do exercício das atividades das entidades de interesse social, pois a imunidade como benefício é de total relevância para sobrevivência de uma entidade sem fins lucrativos e para que ela garanta tal direito é necessário que a mesma esteja munida de um aparato contábil capaz de mensurar, registrar e publicar todas as atividades e toda circulação de capital que diz respeito à mesma. Estas demonstrações devem ser apresentadas periodicamente, pois, havendo verificação por parte da fiscalização de que a entidade não está atendendo a um dos requisitos, a imunidade posteriormente será cassada. Então desde a constituição até o presente momento percebe-se que o papel do contador nas entidades de interesse social do terceiro setor é vital para que ela continue atuando. Neste ponto observado agindo como garantidor de um benefício de primária importância.

Os impostos abrangidos pela imunidade de acordo com o CRCRS (2011, p.26):

Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza (IR);
 Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS);
 Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU);
 Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);
 Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA);
 Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);
 Imposto Territorial Rural (ITR);
 Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* ou Doação de Bens e Direitos (ITCD);
 Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis (ITBI);
 Imposto sobre Importação (II);
 Imposto sobre Exportação (IE).

A imunidade é um benefício do qual as Instituições do terceiro necessitam para manterem-se em funcionamento, o papel do contador por sua vez trás as habilidades necessárias que se demanda para a garantia desse benefício.

2.7.2 Isenções

Isenção é a inexigibilidade temporária de tributos. Diferindo da Imunidade, a Isenção ocorre de fato gerador, em decorrência de lei, e seu prazo de vigência pode ser determinado na sua concessão.

As Isenções alcançam todos os tributos (impostos, taxas, contribuições de melhorias, empréstimos compulsórios e contribuições especiais). Cada esfera do governo legislando sobre o tributo de sua responsabilidade.

Desta forma, se as pessoas jurídicas constituídas sob a forma de fundação ou associação não se enquadrarem nas regras da imunidade, devem procurar identificar todas as normas referentes às isenções (federal, estadual e municipal) para verificar se não podem se valer desta modalidade de benefício. Verificando atender aos requisitos específicos, a entidade deve requerer à autoridade tributária o reconhecimento da isenção. Referida autoridade, sendo verificado que a organização atende aos requisitos legais, não pode deixar de reconhecê-lo (ANDRADE et al. 2015, p. 62).

Não sendo verificada as exigências que garantem a Isenção às entidades, tal benefício é cancelado, sendo recolhido o tributo exigido a partir do exercício de não ocorrência dos requisitos legais.

2.8 Elaboração das Demonstrações Contábeis

Como o Profissional contábil é responsável pela exposição da saúde de entidades que possuem patrimônios, ele se faz uma importante peça para continuidade das organizações de interesse social.

Segundo, Souza e Santos (2009, p. 14):

O profissional contábil tem uma posição de executivo chave que ajuda o gerenciamento do planejamento de todas as subdivisões da empresa, um consultor gerencial que fornece informações relevantes aos gestores para suas decisões, desempenha suas funções de maneira muito especial, ao organizar e reportar dados relevantes, entender, manejar e criticar métodos, instrumentos e pesquisas e análise e forma de exercer uma influência, que induz os gerentes a tomarem decisões lógicas e consistentes com a missão e objetivos da empresa.

Tais entidades continuamente precisam de proventos doações e subvenções como fonte para manter-se, logo, existe uma demanda por informações de como a entidade está manejando os recursos que recebe, tanto em dinheiro como outros tipos

ex.: imobilizados advindos de terceiros. Estes terceiros buscam demonstrações que lhes informem se realmente tudo que é investido neste tipo de entidade tem servido na busca dos objetivos traçados por ela, ou seja o bem-estar da coletividade através da ferramenta que lhe foi proposta.

No caso das Entidades do terceiro Setor, as diferenças encontradas no que diz respeito às demonstrações não constituem um grande distanciamento do que é feito nas instituições privadas pertencentes ao mercado, mas há nuances dentro das demonstrações no que diz respeito à terminologias e uso de contas de operações específicas, que merecem atenção e que fazem com que seja importante a exposição destas informações ao contador em formação.

O CFC de acordo com o Art.2º do Decreto lei nº 9.295/46 é o órgão que fiscaliza a profissão contábil e que tem prerrogativa de estabelecer normas brasileiras de contabilidade. No tocante ao terceiro setor as entidades pertencentes a este segmento, de acordo com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (2011, p. 41) “devem seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade, comuns às demais empresas, além das normas específicas”.

Ainda Segundo o CRC/RS (2011, p. 41), as Normas Brasileiras que tratam especificamente da Contabilidade das organizações do Terceiro Setor são:

NBC T 10.4 – Fundações;
NBC T 10.18 – Entidades sindicais e associações de classe (alterada pela Resolução CFC nº 852-1999);
NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros (alterada pela Resolução CFC nº 966-2003);
NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais (alterada pela resolução CFC nº 1.329-2011).

Cabe destacar que as referidas normas ainda não foram reformuladas conforme o disposto na Lei nº 12.101-2009 e demais disposições subsequentes.

Dentre estas vale destacar as NBC 10.4 – fundações e NBC 10.19- Entidades sem finalidades de Lucros). De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 46):

As citadas NBCs reconhecem que essas entidades são diferentes das demais e recomendam a adoção de terminologias específicas para as contas de lucros, Capital e para a denominação da Demonstrações do resultado, com a finalidade de adequação dessas terminologias ao contexto das referidas entidades.

As demonstrações contábeis trazem algumas terminologias diferentes, encontradas no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado e Demonstrações dos Lucros e Prejuízos acumulados. A Terminologia que se diferencia nos demonstrativos referentes às entidades do terceiro setor são as que se referem ao Lucro e Prejuízo, sendo substituídas por Superávit e Déficit respectivamente. Isso porque como não há finalidade lucrativa.

Também temos uma mudança na terminologia do Patrimônio líquido que recebe a denominação de Patrimônio Social, conservando a equação patrimonial clássica, Ativos – Passivos= Patrimônio Social.

Citando o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 60):

As Demonstrações Contábeis preparadas para as Entidades de Interesse social devem fornecer informações de forma regular e tempestiva; possibilitar o acesso do usuário da informação aos objetivos, à estrutura e à atividades executadas pelas entidades; e possibilitar ao usuário uma apreciação das transações realizadas durante o exercício social das entidades de Interesse Social, bem como uma posição contábil ao final do ano.

Pelos aspectos que definem uma entidade do Terceiro Setor de interesse social, podemos deduzir que há registros que ganham destaque pela importância, os quais não encontram o mesmo peso em outros tipos de organizações. Algumas que se pode destacar são as contabilizações das Doações, de Gratuidades, de Custos, da Obtenção de Fundos, de Contrato, Convênios e Termos de Parcerias.

2.8.1 Doações

A Contabilização de Doações recebe destaque dado que as entidades de interesse social são em sua maioria sustentadas por elas.

As NBC T 10.19.2.3, afirmam que:

As doações, subvenções e contribuições para custeios são contabilizadas em contas de receitas. As doações, Subvenções e contribuições patrimoniais, inclusive as arrecadadas na constituição da entidade, são contabilizadas no patrimônio social. (CONSELHO..., 2008)

O contador deve levar em conta se as doações têm cunho condicional ou se são incondicionais, e identificar via notas explicativas ou na própria conta quais são os impactos das restrições impostas na contabilização.

Existem três possibilidades nesse caso: quando a doação pode ser classificada como sem restrição, com restrição permanente, ou temporariamente restrita. As doações sem restrições acontecem quando o doador não impõe condições a serem cumpridas por parte da entidade beneficiada. As doações com restrição permanente são aquelas que não possuem liberalidade para uso segundo a vontade da Entidade, sendo que ela deve seguir estritamente as diretrizes de uso impostas pelo doador que pode imputar penalidades caso não haja observância das condições incluindo a devolução do bem. É um exemplo comum de doações com restrição permanente terrenos para a construção naquele espaço, de algo pré-determinado.

A restrição temporária ocorre durante certo tempo, até a condição imposta ser satisfeita, essa condição varia e é imposta pelo doador, podendo ser satisfeita pela passagem de algum período de tempo, por alguma ação da entidade, entre outras coisas. “Essa classificação é importante para fins analíticos, devendo ser incentivada sua evidenciação, seja em notas explicativas ou nas demonstrações contábeis”, como destaca o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 65).

2.8.2 Contabilização de serviços Voluntários

As Entidades de Interesse Social são geradoras de emprego, mas geralmente trabalham com voluntários em suas atividades, os quais, quando não são de caráter total prestam o serviço por uma contraprestação menor do que os valores cobrados ao mercado. Para que se configure trabalho voluntário o serviço prestado precisa ser especializado. São profissionais como contadores, médicos, advogados e professores, por exemplo, que prestam esse serviço. Esses trabalhos voluntários devem ser baseados nos valores de mercado ou através de tabelas de remuneração das entidades de classes, sendo o registro pelo valor justo.

As contas serão registradas como se houvesse desembolso no valor normal praticado, tendo como contraprestação uma conta de receita com gratuidade pelo valor apurado. Para que essa operação seja permitida é necessária a existência de um “[...] termo de voluntariado, que é um contrato de trabalho dativo, e a contabilização do serviço é semelhante à contabilização de gratuidade recebida”, como mencionado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 67).

2.9 Prestação de Contas

Essa é uma das Principais finalidades do contador no exercício de sua profissão, seja para qualquer entidade a qual esteja ele prestando serviço, no caso das Entidades de Interesse Social não é diferente, pois os administradores destas entidades necessitam destas informações para também prestarem conta.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2015, p. 81):

Uma das principais obrigações dos administradores das Entidades de Interesse Social é prestar contas, primeiramente, ao próprio órgão deliberativo da entidade, e, por fim, ao Poder Público por meio dos diversos órgãos governamentais, de acordo com a natureza jurídica, registros, títulos e certificados que pleiteiem ou possuam.

É importante ter em mente que para cada segmento haverá diversos usuários destas informações, mas para certas entidades, alguns órgãos do poder público serão demandadores de prestação de contas específicas, com obrigações específicas, sujeitas a penalidades caso não haja a correta prestação de contas. Estas obrigações vão desde o próprio órgão deliberativo da entidade, à órgãos do poder Público, de acordo com os títulos que possui, sua natureza jurídica e parcerias.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 78):

Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades aos órgãos interessados e autoridades, de forma a possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão dos administradores das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei.

2.9.1 Relatório de Atividades

De acordo com o CFC (2015, p. 82):

O relatório de atividades é um documento circunstanciado dos trabalhos desenvolvidos no período da gestão, acompanhado de elementos que comprovem a efetiva realização, de acordo com as finalidades estatutárias da entidade.

Neste documento devem constar os programas realizados, o número de beneficiários e os meios utilizados para chegar a esse fim.

2.9.2 Demonstrações Contábeis exigidas

Devem ser produzidas aquelas já conhecidas nas entidades atuantes no mercado, como descreve o CFC (2015, p. 82):

De acordo com a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pela Entidade sem Finalidade de Lucros são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicáveis.

Elas devem ser produzidas por profissional contábil habilitado, registrado no Conselho Regional correspondente. Tais demonstrações devem observar os Princípios contábeis e as Normas Brasileiras de Contabilidade, sendo obrigatória sua produção por todas as entidades do Terceiro Setor de Interesse Social.

Outro documento importante para a prestação de contas são os referentes às informações bancárias. Serão exigidas as informações referentes a relação de contas bancária, identificação das instituições financeiras, tipo da conta, número, agência etc. Também serão exigidos documentos que comprovem as movimentações bancárias, como extratos bancários, que comprovem o saldo das contas. Para que estes sejam apreciadas no fim do exercício com a conciliação bancária.

O Inventário é o documento que reflete o bens patrimoniais móveis e imóveis pertencentes a entidade, devendo ser identificadas suas características data, forma de incorporação, localização e valor.

Segundo o CFC (2015, p. 83):

Inventário patrimonial” é uma relação de todos os bens patrimoniais móveis e imóveis, com identificação e características do bem, data e forma de incorporação ao patrimônio, localização e valor individual, de propriedade da entidade em seu poder e em poder de terceiros, bem como os bens de terceiros em poder da entidade.

Outro documento de grande Importância para as Entidades de Interesse social na prestação de Contas é o DIPJ, Declaração de Informações Econômico-Fiscais. Este documento é obrigatório, e caso não seja observado poderá incorrer em perda de benefícios como a imunidade tributária.

Também segundo o CFC (2015, p. 84) “ devem ser apensados à prestação de contas a Rais impressa e o recibo de entrega (mesmo que seja o recibo provisório). No

caso de a entidade não ter empregado, deve ser entregue a Rais negativa”. Este documento é uma fonte de dados relativos a números das atividades trabalhistas que são exercidas no país que devem ser enviados para controle e estatística.

Em algumas entidades dependendo de sua estrutura administrativa é cobrado um parecer do conselho Fiscal, previsto ou não no estatuto, caso não haja, de qualquer maneira será jugado por órgão deliberativo máximo as contas do órgão executivo. Também é cobrado relatório de auditoria independente, que é uma exigência de usuários externos ou que pode já constar no estatuto. Esse Parecer só poderá ser feito por auditor independente, contador registrado no Conselho regional de sua jurisdição.

Alguns órgãos exigirão prestações de contas em caráter específico às entidades de Interesse Social, para que estas continuem em funcionamento. Os tais pertencem ao roll de órgãos do poder público que atuam como fiscalizadoras e responsáveis pela execução legal do exercício das atividades das entidades de Interesse Social, além de serem provedoras de títulos que as trazem benefícios, por isso o contador deve estar atento, pois a completa divulgação não diz respeito apenas à fabricação das demonstrações, mas também a entrega aos usuários de acordo com as suas especificidades.

Um dos principais Órgãos à que se deve prestação de contas é o Ministério público, no caso específico das fundações ele é o mais importante. Conforme está disposto no art. 66 do Código Civil, cabe ao Ministério Público a responsabilidade de Velar pelas fundações de Direito Privado, e sua atuação abrange todas as etapas da vida de uma fundação desde a sua criação até o seu encerramento. Ele exercerá uma fiscalização sobre as fundações, no sentido de coibi-las a observarem as atividades referidas no seu estatuto as quais as qualificam como entidades de interesse social, como o fato de não serem distribuído excedentes do superávit aos seus dirigentes e a perseguição de sua missão através do exercício de suas atividades. Caso essas regras sejam transgredidas o Ministério Público poderá requerer a dissolução destas entidades assim como requerer a cassação do título de Utilidade Pública Federal, e a perda da qualificação das entidades classificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

Conforme descrito pelo CRCRS (2011, p. 38):

As fundações devem apresentar ao Ministério Público Estadual a prestação de contas no Sistema de Cadastro e Prestação de Contas (SICAP). Caso a fundação tenha certificações e titulações, ela deve, além do SICAP, atender a todas as prestações de contas para as renovações.

Em relação às associações, o Ministério Público apesar de não ter a mesma importância que tem nas fundações, exercerá papel de fiscalizador visto que a ele cabe intervir nos casos de abuso de personalidade jurídica.

Ficam também obrigadas aquelas entidades declaradas como de Utilidade pública a apresentação anual com o prazo até o dia 30 de abril referentes ao ano anterior tais relatórios: Relatório Circunstanciado de atividades, que nada mais é que o relatório dos serviços que prestou à coletividade. Assim como o Balanço Patrimonial e demonstração do *déficit* ou *superávit* do exercício. Caso a entidade não apresente esses documentos no prazo de três anos seguidos terá cassada sua declaração de utilidade pública.

Para a renovação do Título de utilidade Pública além da esfera federal tem-se a declaração de utilidade Pública estadual e municipal, sendo devida justa prestação de contas aos órgãos: Secretaria do Trabalho e desenvolvimento Social (STDS) para o estado, e Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, até o dia 30 de abril, anualmente.

Para aquelas entidades que são qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) deve-se observar a lei nº 9.790 de 23/03/1999 que determina que a prestação de contas deve conter, no mínimo:

- a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) que se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão;
- c) a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;
- d) a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público será feita conforme determina o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.(BRASIL, 2012)

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (2008, p. 86) devem ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Relatórios sobre a execução do objeto do termo de parceria, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;
- b) Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;
- c) Parecer e relatório, segundo os critérios já mencionados;
- d) Entrega do extrato da execução física e financeira. O modelo desse extrato consta do anexo II do Decreto nº 3.100, de 30/07/1999, e deve,

ainda, ser publicado na imprensa oficial da área de abrangência do projeto, no prazo máximo de sessenta dias após o término de cada exercício financeiro.

Para a renovação do Título de Organizações Sociais (OS) as entidades de Interesse Social qualificadas com esse título devem prestar contas ao Ministério da Justiça anualmente até o dia 30 de abril. Em relação ao contrato de Gestão celebrado com Poder Público as informações referidas na Lei nº 9.637-1998 em seu art. 8º referente a prestação de contas diz:

Art.8. A execução do contrato de gestão celebrado por organização social será fiscalizada pelo órgão ou entidade supervisora da área de atuação correspondente à atividade fomentada.

§ 1º A entidade qualificada apresentará ao órgão ou entidade do Poder Público supervisora signatária do contrato, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhada prestação de contas correspondente ao exercício financeiro.

§ 2º Os resultados atingidos com a execução do contrato de gestão devem ser analisados, periodicamente, por comissão de avaliação, indicada pela autoridade supervisora da área correspondente, composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação.

§ 3º A comissão deve encaminhar à autoridade supervisora relatório conclusivo sobre a avaliação procedida.

Em relação à títulos, algumas organizações de interesse Social detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), segundo a lei nº 12.101/2009 e os Decretos nº 7.237/2010 e nº 7.300/2010 que orientam a renovação do certificado, a prestação de contas deve ser feita direcionada ao Ministério que corresponde às atividades principais da entidade.

De acordo com o CRCRS (2011, p. 36):

Órgãos de certificação e/ou renovação;
 Área educacional: Ministério da Educação (MEC) – Câmara da Educação;
 Básica ou Câmara do Ensino Superior, conforme a atuação da organização;
 Área da saúde: Ministério da Saúde – Secretaria Atenção à Saúde (SAS);
 Área social: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
 Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).

Depois de apresentar um pouco do que compõe as responsabilidades do profissional contábil nas entidades do Terceiro Setor, mais especificamente de Interesse Social, pode-se entender que há informações valiosas que agregam

conhecimentos diferenciados, os quais podem e devem encontrar lugar no ensino dos discentes dos cursos de ciências Contábeis.

2.10 Análise Do Projeto Pedagógico Dos Cursos De Ciências Contábeis

As universidades usadas no universo de amostragem para a pesquisa são a UFPB, UNIPÊ e Maurício de Nassau, todas localizadas na região de João Pessoa/PB.

Dentre as informações apresentadas em relação aos cursos ofertados por estas instituições, estão dispostos o tipo de curso, o qual é bacharelado em ciências contábeis, suas durações que também são as mesmas, 4 anos mínimos.

Em relação ao objetivo do curso todas elas se encontram num ambiente em comum, a formação do profissional contábil, como evidenciado no Projeto Político Pedagógico da UFPB campos I, disponível na resolução 46/2006.

O curso de Ciências Contábeis no Campus I, tem como foco a formação de contadores e gestores das informações contábeis, capazes de desenvolver, analisar e implementar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, exercendo com ética as atribuições e prerrogativas previstas na legislação pertinente. O curso prepara profissionais em nível superior capacitados para programar, acompanhar e controlar o processo de gestão orçamentária e financeira, coordenando, coletando, registrando, analisando e interpretando os fenômenos que produzem alterações na situação econômica, financeira e patrimonial das empresas.(RESOLUÇÃO, 46/2006)

Em relação ao objetivo do curso tem-se um consenso. É possível encontrar informações como as áreas de atuação em que o profissional formado poderá atuar como mostra as informações disponíveis no conteúdo pedagógico do curso, disponível no site da UNIPE, disposto como segue:

- Auditoria: Fazer a fiscalização das contas de uma empresa e conferir registros nos livros e os dados de balanços;
- Contabilidade Ambiental: Controlar e planejar gastos relacionados ao meio ambiente para avaliar o desempenho ambiental da empresa;
- Contabilidade Gerencial: Fazer registro e análise das operações financeiras e patrimoniais de uma empresa e acompanhar todas as transações da organização;
- Controle e Perícia: Fazer coordenação de operações fiscais e financeiras de empresas públicas e privadas;
- Ensino: Ministras aulas em cursos técnicos e treinamento para funcionários de empresas na área contábil. Mas pra essa atividade é necessário pós-graduação.(UNIPE, 2016).

Em relação a composição curricular podemos notar as particularidades de cada Universidade na escolha das disciplinas, assim como a ordem de apresentação de cada tema no decorrer dos períodos cursados. As disciplinas oferecidas contemplam diversas áreas de atuação do universo da contabilidade.

A Matriz Curricular oferecido no curso de Ciências Contábeis da UFPB se subdivide em 1.1 Conteúdos Básicos Profissionais composto por 24 disciplinas: Português Instrumental, Introdução à Sociologia, Administração, Administração Financeira, Instituição ao Direito Público e Privado, Legislação Social, Trabalhista e Previdenciária, Direito Tributário, Direito Empresarial, Economia I, Mercado Financeiro e de Capitais, Matemática I, Matemática Financeira, Estatística, História do Pensamento Contábil, Contabilidade I, II, III e IV , Contabilidade Internacional, Contabilidade Pública, Contabilidade de Custos, Métodos Quantitativos Aplicado à Contabilidade, Contabilidade Gerencial, Princípio de Computação e 1.2 Estágio Curricular composto pelas disciplinas de laboratório I e II.

Outra subdivisão é a de Conteúdos Complementares, que se divide em 3 seções as quais são: 2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios composto por 11 disciplinas: Pesquisa Aplicada à Contabilidade, Metodologia do Trabalho Científico, Trabalho de Conclusão do Curso, Ética Geral e Profissional, Teoria da Contabilidade, Análise das Demonstrações Contábeis, Análise de Custos, Auditoria Contábil, Controladoria Organizacional, Perícia e Arbitragem Contábil, Sistemas de Informações Contábeis, 2.2 conteúdos complementares optativos: Introdução à Filosofia, Introdução à Psicologia, Auditoria Contábil II, Chefia e Liderança, Gestão Contábil, Contabilidade Social, Contabilidade Rural, Contabilidade Atuarial, Contabilidade Hospitalar, Contabilidade Estratégica, Contabilidade da Construção Civil, Contabilidade de Hotelaria e Restaurantes, Contabilidade Tributária, Contabilidade para Organizações do Terciário, Consultoria em Contabilidade, Inglês I, Inglês II, Espanhol I, Espanhol II, Administração Mercadológica, Fundamentos de Análise de Investimentos, Economia II, Orçamento e Finanças Governamental, Orçamento Empresarial e Planejamento Estratégico, Economia das Organizações.

E por fim, a seção 2.3 Conteúdos complementares flexíveis contempla a disciplina Temas Especiais em Contabilidade. Fechando a grade curricular do curso oferecido pela UFPB. Como se pode notar o curso oferece uma vasta gama de conhecimento em diversas áreas e níveis em contabilidade, mas em nenhum das grades encontra-se uma disciplina voltada para o terceiro setor.

Fica clara a falta de interesse neste tema, quando o mesmo não está presente nem mesmo ao lado de outras disciplinas como Contabilidade Hospitalar ou Contabilidade Rural.

O projeto político pedagógico da Instituição de Ensino UNIPÊ apresentada no site da instituição trás as informações concernentes ao curso, sua finalidade e metodologia, informações sobre o que é a profissão do contador suas áreas de atuação e seus aspectos no mercado de trabalho. Trazendo diversas informações para o estudante que deseja ingressar no curso.

Sua matriz curricular traz as seguintes disciplinas: Comunicação Empresarial, Filosofia e Ética Profissional, Matemática Financeira, Introdução ao Direito, Contabilidade Básica I, Introdução à Administração, Sistema de Informações, Psicologia Organizacional, Sociologia das Organizações, Introdução à Economia, Contabilidade Básica II, Teoria das Organizações, Estatística, Administração Pública, Contabilidade Intermediária, Direito Empresarial, Contabilidade de Custos, Gestão da Informação, Gestão de Marketing, Administração Financeira I, Estratégia de Marketing, Análise das Demonstrações Financeiras, Economia Brasileira, Contabilidade Gerencial, Direito Tributário, Noções de Atuária, Sistemas Contábeis, Contabilidade Pública, Contabilidade Avançada I, Contabilidade Societária, Contabilidade Tributária, Estágio Supervisionado I, Administração Financeira II, Gestão Estratégica de Custos, Comércio Eletrônico, Aplicações Empresariais, Direito Ambiental Controladoria, Estágio Supervisionado II, Planejamento Tributário, Perícia Contábil, Auditoria Contábil, Contabilidade Avançada II, Gestão de Projetos, Teoria da Contabilidade, Estágio Supervisionado III, UNIPÊ Management Business Simulation, Inteligência Empresarial, Soluções Empresariais, Mercado de Capitais, Governança Corporativa, Macrotendências e Modelagens de Negócios, Desenvolvimento Sustentável, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Projeto Aplicativo, Metodologia da Pesquisa, Observatório Empresarial.

Estas supracitadas fazem parte do currículo obrigatório, tendo apenas como optativa a disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) e 180h de atividades complementares.

É possível identificar várias disciplinas iguais as encontradas na da primeiramente citada, UFPB, como também uma exploração de outros campos de conhecimentos, apesar de ao contrário da anterior não apresentar uma vasta lista de

disciplinas optativas. Ainda assim, não se encontra uma disciplina relacionada ao Terceiro Setor.

A Maurício de Nassau apresenta também uma grade curricular semelhante a das universidades já apresentadas contendo as seguintes disciplinas: Comunicação e expressão, Fundamentos contábeis I II III, Fundamentos da Administração I e II, Introdução ao Direito, Matemática, Direito Empresarial, Economia e Mercado, Matemática Financeira, Comportamento Organizacional, Direito Trabalhista e Previdenciário, Estatística, Gestão de Custos, Planejamento Estratégico, Gestão de Sistemas de Informação, Gestão Financeira e Orçamentária, Metodologia do Trabalho Científico, Sociologia e Ética Profissional, Tópicos Integradores – Administração e Contábeis, Contabilidade de Custos, Contabilidade Intermediária, Direito e Legislação Tributária, Noções de Atividades Atuárias, Teoria da Contabilidade, Auditoria I e II, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Planejamento Tributário, Prática Contábil, Tópicos Integradores II, Contabilidade Para Entidades do Terceiro Setor, Contabilidade para Pequenas e médias Empresas, Controladoria, Perícia e Arbitragem, Projeto Contábil, Tópico Avançados em Contabilidade.

Diferente das outras Instituições de Ensino já citadas a Maurício de Nassau é a única que oferece como disciplina Obrigatória a de Contabilidade Para Entidades do Terceiro Setor, no 8º período com carga horária de 60h.

Segundo o Plano de Ensino, a ementa da disciplina apresenta como objetivo:

Proporcionar a compreensão do funcionamento das entidades de interesse social, denominadas associações, fundações, organizações sociais. Caracterizar a gestão contábil e prestação de contas, benefícios e obrigações. Aplicar os conhecimentos adquiridos em disciplinas anteriores às entidades sociais. Levar ao aluno análise crítica sobre os temas relacionados. Desenvolver a capacidade de raciocínio e espírito crítico.

E divide seu conteúdo Programático em:

Unidade I Entidades de interesse social;
 Entidades de interesse social: contextualização histórica;
 Entidades de interesse social: terceiro setor;
 Entidades de interesse social: associações;
 Entidades de interesse social: fundações;
 Entidades de interesse social: organizações sociais;
 Unidade II Funcionamento das entidades de interesse social;

Procedimentos para constituição de associação;
Procedimentos para constituição de fundação;
Benefícios concedidos pelo poder publico as entidades de interesse
Sociais;
Títulos e registros para obtenção de benefícios fiscais;
Unidade III- gestão contábil;
Elenco e plano de contas;
Contabilização da receita;
Contabilização da despesa;
Contabilização da renúncia de receita;
Contabilização de benefícios de renúncia fiscal;
Contabilização de serviço voluntário;
Contabilização de contrapartida;
Contabilização de convênios;
Unidade IV- demonstrações contábeis;
Demonstrações do resultado;
Balanço patrimonial;
Demonstrações do fluxo de caixa;
Demonstrações do patrimônio social;
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
Unidade V- Prestação de contas;
Relatório de atividades sociais;
Relatório de cumprimento de objeto;
Cumprimento de obrigações acessórias.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi formulada em sua metodologia seguindo uma abordagem Qualitativa, na busca de captar as concepções do alunado concluinte, grupo objeto de estudo, sobre a questão problema. A pesquisa se deu focado em um ambiente particular onde foi feita coleta de informações para subsequente análise, a qual foi possível através de questionário formado por um conjunto de questões destinadas a levantar informações, que foram confrontados com as hipóteses. Também foi feita análise documental do projeto político pedagógico do curso de ciências contábeis da UFPB, UNIPÊ e Maurício de Nassau, buscando verificar o conteúdo programático do curso em sua grade curricular voltado ao tema terceiro setor.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa aplicada junto aos alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis foi feita através de questionário, contendo 10 perguntas que tinham como objetivo recolher informações qualitativas a respeito da percepção do corpo discente em relação ao conteúdo ofertado pelas três universidades utilizadas como objeto de pesquisa.

4.1 Perfil dos Respondentes

Foram computados o número total de 90 estudantes que se disponibilizaram a responder o questionário. Dentre os alunos um número de 48 mulheres e 42 homens. 54 respondentes pertencem à Maurício de Nassau, 32 deles são alunos da UFPB e quatro da UNIPÊ, estes foram os estudantes presentes em sala, disponíveis no momento de aplicação do questionário. Sendo 45 estudantes do turno matutino e 45 do turno noturno. Durante pesquisas realizadas na UFPB foi confirmado um total de 31 alunos matriculados na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso no período da manhã e 48 alunos à noite. Na Mauricio de Nassau obteve-se a informação de um total de 35 alunos no período da manhã e 98 à noite que se encontram matriculados em disciplinas referentes ao oitavo período. Os dados referentes aos alunos concluintes matriculados na UNIPÊ não foram disponibilizados por constituírem informação sigilosa e estratégica da coordenação do curso. Contudo, das informações disponíveis tem-se que há no curso apenas uma turma do oitavo período, funcionando no período noturno.

4.2 Análise dos Dados

Uma das sessões do questionário perguntava se o respondente considerava importante o tema Contabilidade voltada às organizações do Terceiros Setor, e por unanimidade o sim, foi a resposta dos discentes. Podendo-se auferir que para os estudantes esse tema tem algum grau de relevância.

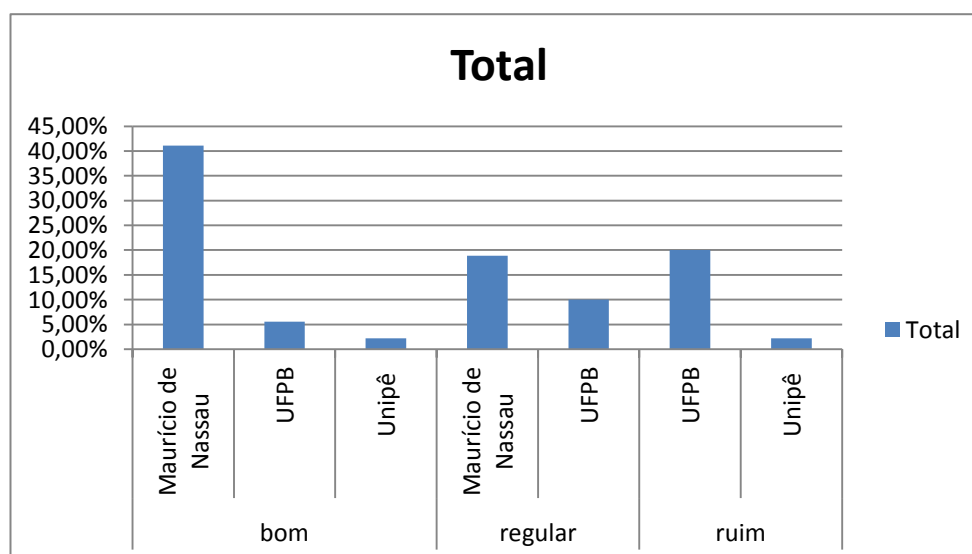
Foi também questionado na Pesquisa como o entrevistado avaliava a abordagem do conteúdo sobre o tema terceiro setor na composição curricular do seu curso. Obteve-se a seguinte resposta:

Tabela 1 - Contagem de Aluno 1

Rótulos de Linha	Contagem de Aluno
Bom	48,89%
Maurício de Nassau	41,11%
UFPB	5,56%
Unipê	2,22%
Regular	28,89%
Maurício de Nassau	18,89%
UFPB	10,00%
Ruim	22,22%
UFPB	20,00%
Unipê	2,22%
Total Geral	100,00%

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Gráfico 1 – Avaliação da abordagem de conteúdo voltada ao terceiro setor na percepção dos alunos das universidades apresentadas



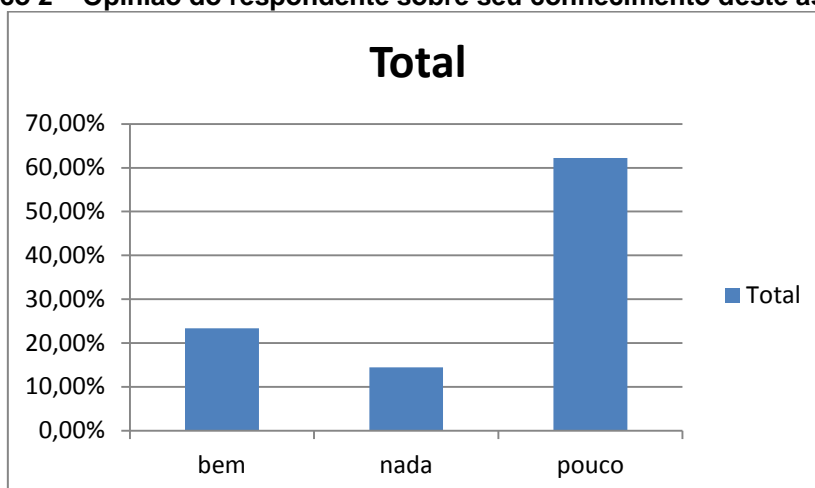
Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Quando questionados sobre a percepção do nível de conhecimento do respondente em relação aos aspectos em que se diferencia a contabilidade voltada para o terceiro setor, obteve-se o seguinte resultado:

Tabela 2 - Contagem de Aluno 2

Rótulos de Linha	Contagem de Aluno
Bem	23,33%
Nada	14,44%
Pouco	62,22%
Total Geral	100,00%

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Gráfico 2 – Opinião do respondente sobre seu conhecimento deste assunto

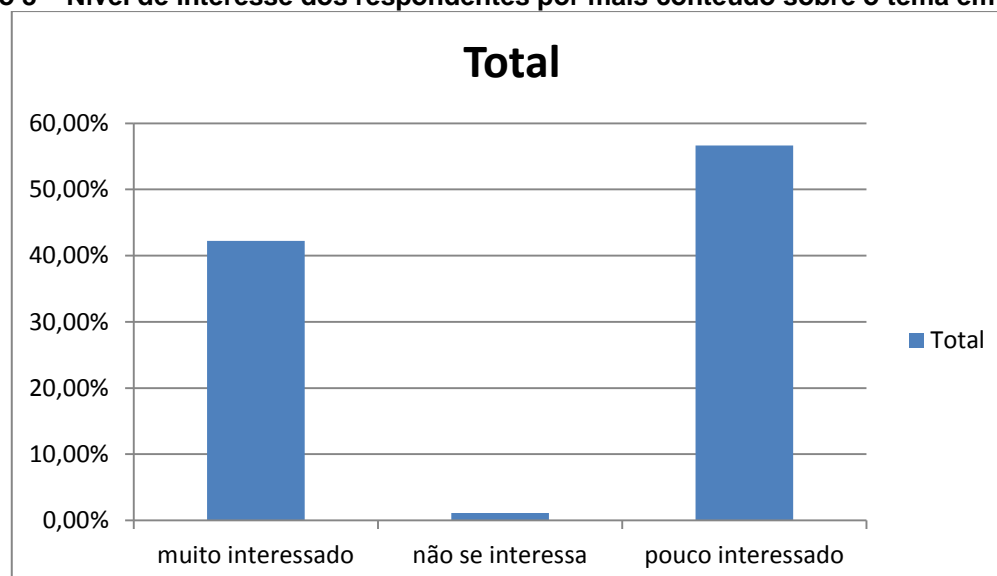
Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Percebe-se que a grande maioria se considera com pouco domínio sobre o tema, ainda que 23,33 % tenha respondido positivamente, é um índice relativamente baixo. Foi questionado também acerca do interesse por uma maior oferta do conteúdo sobre o tema por parte dos discentes e obteve-se como resultado o seguinte:

Tabela 3 - Contagem de Aluno 3

Rótulos de Linha	Contagem de Aluno
muito interessado	42,22%
não se interessa	1,11%
pouco interessado	56,67%
Total Geral	100,00%

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Gráfico 3 – Nível de interesse dos respondentes por mais conteúdo sobre o tema em questão

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

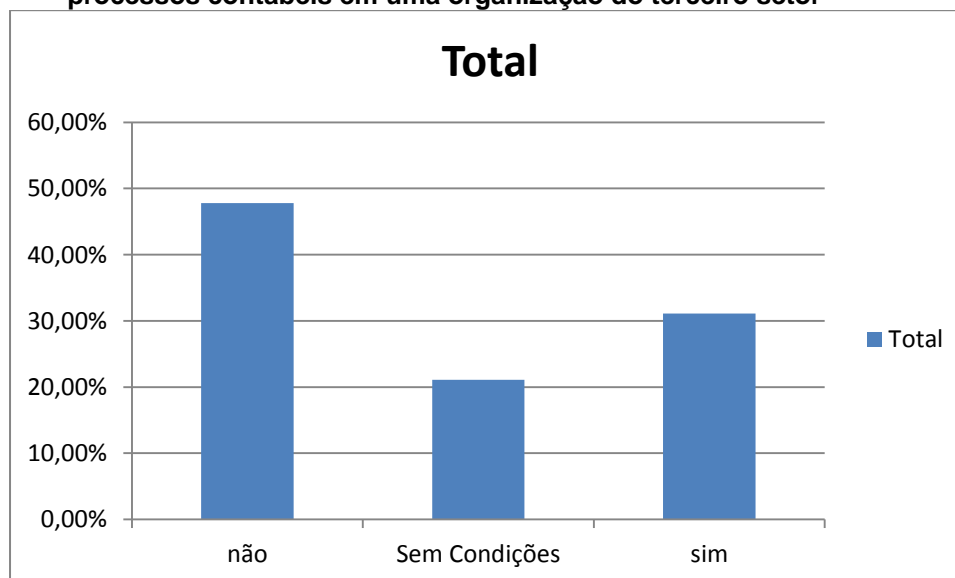
Outra seção trazia como questionamento, se o entrevistado acreditava que seu conhecimento nesta área o fazia apto a intermediar e orientar um processo de abertura e controle de contas de uma organização do Terceiro setor. Obteve-se a seguinte resposta:

Tabela 4 - Contagem de Aluno 4

Rótulos de Linha	Contagem de Aluno
não	47,78%
Sem Condições de Opinar	21,11%
sim	31,11%
Total Geral	100,00%

Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Gráfico 4 - Opinião dos discentes sobre se os mesmos sentem em condição de orientar processos contábeis em uma organização do terceiro setor



Fonte: Elaborada pelo Autor (2016).

Segundo observa-se a grande maioria não se considera apto ou com um nível de conhecimento que lhe dê suporte para tais atividades. Sendo que destes na Maurício de Nassau 48,15% responderam que Sim, 29,63% responderam Não e 22,22% disseram que não tinham condições de opinar. Dentre os Alunos da UFPB 78, 13% disseram que Não, 3,13% responderam que Sim, e 18,74% Não Tinham condições de Opinar. Quando se trata de UNIPE 50%, disseram que Não, 25% responderam que Sim e 25% Sem condições de opinar.

Dentre os noventa entrevistados 77 responderam que nunca trabalharam com a contabilidade de alguma organização do terceiro Setor, enquanto 13 responderam que

sim, trabalharam ou trabalham atualmente na área, um índice de 14,44%. A princípio, um número aparentemente baixo, mas que chama a atenção quando verificada a conjuntura da oferta sobre este tema.

Analisando as respostas podemos observar que há por parte dos alunos a consciência que Contabilidade para o Terceiro Setor é um tema importante e pertinente. Ao mesmo tempo, se mostra nos resultados ainda que com uma pequena diferença, uma vantagem para o total de alunos que tem pouco interesse no assunto. Diante disso é possível considerar que tal desinteresse pode se dá por conta de uma apresentação incipiente e muitas vezes inexistente deste tema, por conseguinte muitos não se sentem interessados em procurar mais a respeito. Fica evidente também o despreparo no conhecimento referente às peculiaridades abordadas pelo Terceiro Setor percebido principalmente no total de alunos concluinte, das universidades que não oferecem em sua matriz curricular nenhuma disciplina obrigatória em relação ao tema. Neste requisito destaca-se positivamente a Instituição de ensino Maurício de Nassau que sai na frente em relação ao seu corpo discente por oferecer o conteúdo de forma efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todas as informações auferidas podemos observar que o Terceiro Setor ainda que não tendo tão grande força econômica nem representação numérica quanto o setor privado, vem ganhando cada vez mais proeminência no cenário social. Isso se mostra inclusive na área acadêmica, onde mais um trabalho científico está sendo produzido. O terceiro setor ainda não apresenta uma regulamentação tão robusta quanto o Estado e o Mercado, por este entre outros motivos muito ainda não foi explorado dentro da academia, e as universidades contempladas na presente pesquisa são um espelho deste quadro.

Foram apresentadas também as peculiaridades da contabilidade voltada para o Terceiro Setor, ainda que a mesma se apoie nas bases da contabilidade praticada de acordo com as sociedades privadas na Lei 6.404/1976 das sociedades por ações, certas diferenças se revelam dignas de serem apresentadas ao corpo discente das universidades, para que o futuro contador esteja a par dos vários desafios com que poderá se deparar. Como apresentado na presente pesquisa, as organizações do Terceiro Setor tem em sua rotina, importantes regras a serem observadas e órgãos a quem deve elaborar prestação de contas. O estudante de contabilidade por isso, deve ter uma oferta mais deste saber, uma vez que ele se faz peça chave para a continuidade e saúde destas entidades.

A investigação mais minuciosa com os concluintes das três universidades contempladas pela pesquisa revela que apenas uma, Maurício de Nassau, tem ofertado em sua matriz curricular a disciplina de Contabilidade para Entidades do Terceiro Setor. Enquanto que a UFPB e UNIPÊ, não ofertam conteúdo disciplinar específico, podendo ser considerado incipiente o que é abordado sobre o tema. O resultado da pesquisa aplicada através do questionário junto aos concluintes revela que a grande maioria se percebe despreparada quanto à complexidade de atuação que se apresenta neste setor. Constatou-se também que uma grande parcela dos entrevistados considera importante a relevância de disciplinas numa perspectiva voltada para o Terceiro Setor e se mostraram interessados em uma maior oferta deste conteúdo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Cleomar. **O contador e o planejamento estratégico no terceiro setor**. 2012. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/artigos/717/o-contador-e-o-planejamento-estrategico-no-terceiro-setor/>>. Acesso em: 19 out. 2016.

BNDES- TERCEIRO SETOR E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, RELATO SETORIAL Nº3- AS/GESET. Cláudia Soares Costa – gerente. Gabriel Rangel Visconti – economista. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. 35. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CARVALHO, Débora Nacif de. **Gestão e Sustentabilidade: um estudo multicasos em ONGs ambientalistas em Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós- Graduação e Pesquisa em Administração, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília: CFC, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social. Brasília: CFC, 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE – SP. **Ciências Contábeis é o quarto curso mais procurado, segundo o MEC**. 2014. Disponível em:<<http://crc-sp.jusbrasil.com.br/noticias/138758656/ciencias-contabeis-e-o-quarto-curso-mais-procurado-segundo-o-mec>>. Acesso em: 19 out. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **CRCRS - terceiro setor**: guia de orientação para o profissional de contabilidade. Porto Alegre: CRCRS, 2011.

CONTABILIDADE INTRODUTÓRIA. **Equipe de professores da faculdade de economia, Administração e Contabilidade da USP**. Coordenação Sérgio de IUDÍCIBUS. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem fins Lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro. 2012. Disponível em:<ftp://fb.ibge.gov.br/Fundacoes_Privadas_e_Associacoes/2010/fasfil.pdf>. Acesso em: out. 2016.

LEANDRO, E. **Como montar uma ONG: passo a passo**. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3505931-Evelyne-leandro-administradora-pos-graduada-em-marketing-consultora-especializada-em-terceiro-setor-e-responsabilidade-social.html>>. Acesso em: 02 out. 2016.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR. **Aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social**. FRANÇA, J. A. (coord); ANDRADE, A. P. A. et al. Brasília: CFC: FBC : Profis, 2015.

MASCARENHAS, Alves. **O País cresce com contadores**. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/especial/o-pais-cresce-com-contadores-id365045.html>>. Acesso em: 19 out. 2016.

OLAK, P. A.; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLAK, P. A.; SLOMSKI, V.; ALVES, C. V. O. As publicações acadêmicas da pesquisa contábil no Brasil, no âmbito das organizações do terceiro setor. **Revista de educação e pesquisa em contabilidade**, Brasília, v. 2, n. 1, art. 2, p. 24-46, jan/abr. 2008.

OLIVEIRA, Hugo Moreira de; SILVA, Júlio Orestes da. **Perfil do profissional contábil: um estudo de suas habilidades**. Disponível em: <http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/1044/20140425105314.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

PAULA, M. B. de; OLIVERO, S. M.; MURITIBA, P. M.; MURITIBA, S. N. Produção sobre terceiro setor no Brasil: pontualidade, dispersão e lacunas teóricas. **ENCONTRO ANPAD**, 34, 2010. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro/RJ, 2010.

PORTES, Cristiane konopika; DANGO, Leandro Alexandre; SILVEIRA, Rosimeire Aparecida et al. Peculiaridades da contabilidade aplicada ao terceiro setor na visão dos acadêmicos. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p.15-23, 2010. Disponível em: <<http://www.admpg.com.br/revista2010/v2/artigos/ArtigoCompleto%201.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2016.

PROJETO POLÍTIO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução nº 46/2006**. Disponível em: <file:///C:/Users/Clayton%20Castro/Desktop/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20%2046_2006.htm>. Acesso em: 17 out. 2016.

SOUZA, Marta Alves de; SANTOS, Maria Lúcia dos. Importância do profissional contábil na contabilidade gerencial: uma percepção dos conselheiros do Crc/Mg1.

Revista científica do Departamento de Ciências Jurídicas , políticas e gerenciais do Uni –BH A. 2009.

ZAVALA, R. **IBGE calcula participação econômica do terceiro setor.** Disponível em:<<http://gife.org.br/ibge-calcula-participacao-economica-do-terceiro-setor/>>. Acesso em: 02 out. 2016.

ANEXO**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO**

Proponente: Caio Jordão Medeiros Rufino, Concluinte do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

Tema da Pesquisa: Percepção dos Alunos concluintes do curso de ciências contábeis sobre conteúdo voltado à contabilidade para o terceiro setor.

Suas informações pessoais não serão divulgadas.

Concluinte :

Masculino() Feminino ()

Nome:_____

Universidade:_____Turno:_____

1. O termo terceiro setor é constituído a partir de um recorte social: O Estado (“Primeiro Setor”) o Mercado (“Segundo Setor”) e a Sociedade Civil (“terceiro setor”). Assim, o terceiro setor é constituído para vir a contribuir com respostas que supostamente o Estado já não pode dar e o mercado não propõe dar.

Concordo () Discordo ()

2. Você considera importante o tema Contabilidade voltada às organizações do terceiro setor (Ongs, Fundações, Oscips) ?

Sim () Não ()

1. Como você avalia a abordagem de conteúdo sobre este tema na composição curricular do seu curso?

Bom () regular () Ruim ()

2. Você conhece os aspectos em que se diferencia a contabilidade voltada para o terceiro setor, das de outras áreas?

Conheço Bem () conheço Nada () conheço Pouco ()

3. Você se interessa por uma maior oferta de conteúdo sobre este tema?

Muito interessado (___) pouco interessado (___) Não se interessa (___)

5. Na condição de concluinte você acredita que seu conhecimento nesta área te faz apto a intermediar e orientar um processo de abertura e controle de contas de uma Organização do terceiro setor?

Sim () Não () Sem condições de opinar ()

6. Quantas disciplinas com conteúdo voltado ao terceiro setor você já cursou?

Uma () Duas () Três () Mais de Três () Nenhuma ()

7. Você já buscou adquirir conteúdo extra sala de aula voltado a este tema?

Sim() Não () não especificamente ()

9. Você é da opinião de que o “terceiro setor” não reúne um mínimo consenso sobre sua origem nem sobre sua composição ou suas características e é por esta razão, sua pouca densidade teórica, que faz dela um campo difícil de ser explorado academicamente.

Concordo() Discordo ()

10. Você já trabalhou com a contabilidade de alguma organização do terceiro setor (ONGs, Fundações, Oscips, Igrejas)?

Sim () Não ()



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO VIII

AUTORIZAÇÃO DO AUTOR PARA A PUBLICAÇÃO DO TRABALHO

Autorizo a Comissão de TCC do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB a publicar o Trabalho de Conclusão de Curso de minha autoria, intitulado:

Investigação sobre a percepção do Concluinte do curso de Ciências Contábeis da UFPB, UNIPÊ e Maurício de Nassau em relação ao conteúdo disciplinar voltado às organizações do terceiro setor

na página (site) e/ou revista institucional após as modificações que se fizerem necessárias para tal fim.

Ressalvo que esta autorização não se estende à divulgação de dados considerados confidenciais pela (s) empresa (s) ou instituição(ões) em que a coleta de dados foi realizada.

João Pessoa, 23 de Novembro de 2016.

Assinatura do aluno

Nome: *Caio Jordão Medeiros Rufino*

Endereço: *Rua Vereador Severino Rodrigues*

Telefone(s): *(83) 986764651*

E-mail: *cmr1993@hotmail.com*



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Finanças e Contabilidade
Curso de Ciências Contábeis
Comissão de TCC



FORMULÁRIO X

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: Investigação sobre a percepção do concluinte do curso de Ciências Contábeis da UFPB, UNIPÊ e Maurício de Namau em relação ao conteúdo disciplinar voltado às organizações do terceiro setor

estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

João Pessoa, 23 de Novembro de 2016.

Autor(a): Caio Jordão Medeiros Rufino

Assinatura

DECLARAÇÃO

Eu, **Rosangela Gonçalves Palmeira**, Bibliotecária CRB/15 - 216, RG. 115454-6 SSP-PB, declaro para os devidos fins que normatizei segundo as Normas da ABNT vigente o Trabalho de Conclusão de Curso do(a) aluno(a): **CAIO JORDÃO MEDEIROS RUFINO** Intitulado: **INVESTIGAÇÃO SOBRE A PERCEPÇÃO DO CONCLUINTE DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPB, UNIPÊ E MAURÍCIO DE NASSAU EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO DISCIPLINAR VOLTADO ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**. Do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 23 de novembro de 2016.



Rosangela Gonçalves Palmeira
Bibliotecária CRB/15-216